

Maria Sylvia Zanella Di Pietro

DIREITO ADMINISTRATIVO

30ª Edição

Revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Forense a partir da 29.ª edição.
- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 13.01.2017

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C35m

Di Pietro, Maria Sylvia Zanella

Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 30.ed. Rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

1088p.: 24cm

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-309-7326-1

1. Direito administrativo – Brasil. I. Título.

15-28985.

CDU: 342.9

SUMÁRIO

Capítulo 1	O Direito Administrativo	1
1.1	Formação do Direito Administrativo	1
1.2	Fundamentos filosóficos e constitucionais do Direito Administrativo.....	4
1.3	Contribuição do direito francês.....	9
1.4	Direito administrativo alemão	13
1.5	Direito administrativo italiano.....	16
1.6	Direito administrativo anglo-americano.....	17
1.7	Direito administrativo brasileiro	25
1.8	O Direito Administrativo brasileiro sob influência do direito estrangeiro: sistemas de base romanística, do <i>common law</i> e do direito comunitário europeu	28
1.9	Transformações do Direito Administrativo brasileiro.....	33
1.10	Objeto do Direito Administrativo	50
1.11	Métodos de estudo	54
1.11.1	Escola legalista, exegetica, empírica ou caótica	54
1.11.2	O estudo do Direito Administrativo jurisprudencial	55
1.11.3	Direito Administrativo e Ciência da Administração.....	56
1.11.4	Crítério técnico-científico de estudo do Direito Administrativo	57
1.12	Fontes do Direito Administrativo.....	57
1.13	Conceito de Direito Administrativo	72
1.13.1	Escola da <i>puissance publique</i>	73
1.13.2	Escola do serviço público	73
1.13.3	Crítério do Poder Executivo	74
1.13.4	Crítério das relações jurídicas.....	75
1.13.5	Crítério teleológico	75
1.13.6	Crítério negativo ou residual	76
1.13.7	Crítério da distinção entre atividade jurídica e social do Estado	77
1.13.8	Crítério da Administração Pública	77
1.13.9	Nossa definição	78
Capítulo 2	Administração Pública	81
2.1	O vocábulo <i>administração</i>	81
2.2	A expressão <i>Administração Pública</i>	82

2.3	Administração pública e governo.....	82
2.3.1	Aspecto objetivo.....	82
2.3.2	Aspecto subjetivo.....	84
2.4	Administração pública em sentido estrito.....	86
2.5	Administração pública em sentido objetivo.....	87
2.6	Administração pública em sentido subjetivo.....	89
Capítulo 3	Regime Jurídico Administrativo.....	91
3.1	Regimes público e privado na Administração Pública.....	91
3.2	Regime jurídico administrativo.....	92
3.3	Princípios da Administração Pública.....	94
3.3.1	Legalidade.....	95
3.3.2	Supremacia do interesse público.....	96
3.3.3	Impessoalidade.....	99
3.3.4	Presunção de legitimidade ou de veracidade.....	100
3.3.5	Especialidade.....	100
3.3.6	Controle ou tutela.....	101
3.3.7	Autotutela.....	101
3.3.8	Hierarquia.....	101
3.3.9	Continuidade do serviço público.....	102
3.3.10	Publicidade.....	103
3.3.11	Moralidade administrativa.....	107
3.3.12	Razoabilidade e proporcionalidade.....	111
3.3.13	Motivação.....	113
3.3.14	Eficiência.....	114
3.3.15	Segurança jurídica, proteção à confiança e boa-fé.....	115
3.3.15.1	Segurança jurídica.....	116
3.3.15.2	Proteção à confiança.....	117
3.3.15.3	Boa-fé.....	118
3.3.15.4	Aplicação dos princípios da segurança jurídica, boa-fé e proteção à confiança.....	119
3.4	Podere s da Administração.....	120
3.4.1	Normativo.....	121
3.4.2	Disciplinar.....	125
3.4.3	Decorrentes da hierarquia.....	126
Capítulo 4	Serviços Públicos.....	131
4.1	Conceito.....	131
4.1.1	Serviço público em sentido amplo.....	131
4.1.2	Serviço público em sentido restrito.....	134
4.1.3	Evolução.....	136
4.1.4	Conclusões quanto ao conceito.....	138
4.2	Elementos da definição.....	139
4.2.1	Elemento subjetivo.....	139
4.2.2	Elemento formal.....	140
4.2.3	Elemento material.....	141
4.3	A pretensa crise na noção de serviço público.....	142
4.4	Princípios.....	144
4.5	Classificação.....	146
4.6	Formas de gestão.....	150

Capítulo 5	Poder de Polícia	153
5.1	Introdução	153
5.2	Evolução	154
5.3	Conceito	155
5.4	Polícia administrativa e judiciária	157
5.5	Meios de atuação	157
5.6	Características	158
5.7	Limites	161
Capítulo 6	Restrições do Estado sobre a Propriedade Privada	163
6.1	Evolução	163
6.2	Modalidades	164
6.3	Fundamento	164
6.4	Função social da propriedade	167
6.5	Limitações administrativas	170
6.6	Ocupação temporária	172
6.7	Requisição administrativa	175
6.8	Tombamento	176
6.8.1	Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional	176
6.8.2	Conceito e características	178
6.8.3	Objeto	179
6.8.4	Modalidades	179
6.8.5	Procedimento	180
6.8.6	Efeitos	183
6.8.7	Natureza jurídica	186
6.9	Servidão administrativa	187
6.9.1	Servidão na teoria geral do direito	187
6.9.2	Servidão de direito privado e de direito público	188
6.9.3	Servidão administrativa e limitação administrativa	189
6.9.4	Conceito	190
6.9.5	Forma de constituição	190
6.9.6	Extinção	192
6.9.7	Direito à indenização	193
6.9.8	Modalidades	194
6.9.8.1	Servidão sobre terrenos marginais	194
6.9.8.2	Servidão a favor das fontes de água mineral, termal ou gasosa e dos recursos hídricos	194
6.9.8.3	Servidão sobre prédios vizinhos de obras ou imóvel pertencente ao patrimônio histórico e artístico nacional	194
6.9.8.4	Servidão em torno de aeródromos e heliportos	195
6.9.8.5	Servidão militar	195
6.9.8.6	Servidão de aqueduto	195
6.9.8.7	Servidão de energia elétrica	196
6.10	Desapropriação	197
6.10.1	Evolução no direito brasileiro	197
6.10.2	Conceito	199
6.10.3	Modalidades de desapropriação sancionatória	199
6.10.4	Procedimento	203
6.10.5	Sujeitos ativo e passivo	207

6.10.6	Pressupostos.....	208
6.10.7	Objeto	210
6.10.8	Indenização.....	212
6.10.9	Natureza jurídica.....	217
6.10.10	Imissão provisória na posse	219
6.10.11	Destino dos bens desapropriados	221
6.10.12	Desapropriação indireta	224
6.10.13	Retrocessão	227
Capítulo 7	Atos Administrativos.....	231
7.1	Fatos da Administração.....	231
7.2	Atos da Administração.....	231
7.3	Origem da expressão.....	232
7.4	Conceito.....	233
7.5	Ato administrativo e produção de efeitos jurídicos.....	237
7.6	Atributos.....	238
7.6.1	Presunção de legitimidade e veracidade	238
7.6.2	Imperatividade	240
7.6.3	Autoexecutoriedade.....	241
7.6.4	Tipicidade.....	242
7.7	Elementos	243
7.7.1	Sujeito.....	244
7.7.2	Objeto	247
7.7.3	Forma.....	248
7.7.4	Finalidade.....	250
7.7.5	Motivo.....	251
7.8	Discricionariedade e vinculação.....	252
7.8.1	Conceito	252
7.8.2	Justificação	253
7.8.3	Âmbito de aplicação da discricionariedade.....	254
7.8.4	Legalidade e mérito do ato administrativo.....	257
7.8.5	Limites da discricionariedade e controle pelo Poder Judiciário	260
7.9	Classificação	262
7.10	Atos administrativos em espécie.....	268
7.10.1	Quanto ao conteúdo.....	268
7.10.1.1	Autorização.....	268
7.10.1.2	Licença.....	271
7.10.1.3	Admissão.....	271
7.10.1.4	Permissão	271
7.10.1.5	Aprovação	272
7.10.1.6	Homologação	272
7.10.1.7	Parecer	273
7.10.1.8	Visto.....	275
7.10.2	Quanto à forma.....	275
7.10.2.1	Decreto	275
7.10.2.2	Resolução e portaria.....	276
7.10.2.3	Circular.....	277

	7.10.2.4	Despacho.....	277
	7.10.2.5	Alvará.....	277
7.11		Extinção	278
	7.11.1	Modalidades	278
	7.11.2	Anulação ou invalidação	279
	7.11.2.1	Conceito, efeitos e natureza	279
	7.11.2.2	Vícios: peculiaridades no direito administrativo	281
	7.11.2.3	Vícios relativos ao sujeito	282
	7.11.2.4	Vícios relativos ao objeto.....	284
	7.11.2.5	Vícios relativos à forma.....	285
	7.11.2.6	Vícios quanto ao motivo.....	285
	7.11.2.7	Vícios relativos à finalidade.....	285
	7.11.2.8	Consequências decorrentes dos vícios.....	286
	7.11.2.9	Atos administrativos nulos e anuláveis	288
	7.11.2.10	Convalidação.....	289
	7.11.2.11	Confirmação.....	291
	7.11.3	Revogação	292
Capítulo 8		Contrato Administrativo.....	295
8.1		Contratos da Administração	295
8.2		Divergências doutrinárias.....	295
8.3		O contrato administrativo como espécie do gênero contrato	297
8.4		Traços distintivos entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado.....	300
8.5		Direito positivo	303
	8.5.1	Normas constitucionais	303
	8.5.2	Legislação ordinária	303
8.6		Características dos contratos administrativos.....	305
	8.6.1	Presença da Administração Pública como Poder Público.....	305
	8.6.2	Finalidade pública.....	306
	8.6.3	Obediência à forma prescrita em lei.....	306
	8.6.4	Procedimento legal.....	310
	8.6.5	Contrato de adesão.....	311
	8.6.6	Natureza <i>intuitu personae</i>	312
	8.6.7	Presença das cláusulas exorbitantes.....	312
	8.6.7.1	Exigência de garantia	312
	8.6.7.2	Alteração unilateral	313
	8.6.7.3	Rescisão unilateral	315
	8.6.7.4	Fiscalização.....	316
	8.6.7.5	Aplicação de penalidades	316
	8.6.7.6	Anulação	318
	8.6.7.7	Retomada do objeto	319
	8.6.7.8	Restrições ao uso da <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	320
	8.6.8	Mutabilidade.....	320
	8.6.8.1	Álea administrativa: alteração unilateral do contrato	323
	8.6.8.2	Álea administrativa: fato do príncipe.....	324
	8.6.8.3	Álea administrativa: fato da administração	324
	8.6.8.4	Álea econômica: teoria da imprevisão.....	327

8.7	Rescisão do contrato administrativo.....	330
8.8	Modalidades de contratos administrativos.....	331
8.8.1	Concessão.....	331
8.8.1.1	Conceito e modalidades.....	331
8.8.1.2	Natureza jurídica.....	334
8.8.1.3	Concessão de serviço público.....	335
8.8.1.3.1	Evolução.....	335
8.8.1.3.2	Conceito e características.....	338
8.8.1.3.3	Concessão, permissão e autorização de serviço público.....	346
8.8.1.4	Parcerias público-privadas.....	349
8.8.1.4.1	Direito positivo.....	349
8.8.1.4.2	Conceito e modalidades.....	351
8.8.1.4.3	Concessão patrocinada.....	352
8.8.1.4.4	Concessão administrativa.....	356
8.8.1.4.5	Traços comuns à concessão patrocinada e à concessão administrativa.....	359
8.8.1.4.6	Da licitação.....	362
8.8.1.4.7	Procedimento de manifestação de interesse.....	368
8.8.1.4.8	Normas aplicáveis apenas à União.....	371
8.8.1.5	Concessão de obra pública.....	376
8.8.1.6	Concessão de uso.....	377
8.8.2	Contratos de obra pública e de prestação de serviços.....	377
8.8.2.1	Empreitada.....	380
8.8.2.2	Administração contratada.....	382
8.8.2.3	Tarefa.....	382
8.8.2.4	Serviços de publicidade.....	382
8.8.3	Contrato de fornecimento.....	384
8.9	Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	385
8.10	Contrato de gestão.....	386
8.11	Convênio.....	389
8.12	Consórcio administrativo.....	396
8.13	Terceirização.....	398
8.14	Contratos em Regime Diferenciado de Contratação (RDC).....	405
8.14.1	Regime jurídico.....	405
8.14.2	Regime de contratação integrada.....	406
8.14.3	Convocação para assinatura do contrato.....	407
8.14.4	Remuneração variável.....	407
8.14.5	Contratações simultâneas.....	408
Capítulo 9	Licitação.....	411
9.1	Conceito.....	411
9.2	Direito positivo.....	412
9.3	Princípios.....	415
9.3.1	Princípio da igualdade.....	416
9.3.2	Princípio da legalidade.....	422
9.3.3	Princípio da impessoalidade.....	423
9.3.4	Princípio da moralidade e da probidade.....	423

9.3.5	Princípio da publicidade.....	424
9.3.6	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	425
9.3.7	Princípio do julgamento objetivo.....	425
9.3.8	Princípio da adjudicação compulsória.....	426
9.3.9	Princípio da ampla defesa.....	426
9.3.10	Princípio da licitação sustentável	427
9.4	Obrigatoriedade de licitação.....	431
9.5	Dispensa e inexigibilidade	432
9.6	Modalidades.....	449
9.6.1	Concorrência	453
9.6.2	Tomada de preços	453
9.6.3	Convite.....	455
9.6.4	Concurso	457
9.6.5	Leilão.....	457
9.6.6	Pregão	458
9.6.7	Regime Diferenciado de Contratação (RDC).....	458
9.7	Procedimento.....	460
9.7.1	Procedimento da concorrência	461
9.7.1.1	Edital.....	461
9.7.1.2	Habilitação	463
9.7.1.3	Classificação	467
9.7.1.4	Homologação	471
9.7.1.5	Adjudicação.....	472
9.7.2	Procedimento da tomada de preços	473
9.7.3	Procedimento do convite.....	473
9.7.4	Procedimento do concurso	473
9.7.5	Procedimento do leilão.....	474
9.7.6	Procedimento do pregão	474
9.7.7	Procedimento para contratação de serviços de publicidade	478
9.8	Sistema de registro de preços	481
9.9	Anulação e revogação	488
9.10	Recursos administrativos.....	489
9.11	Licitação no Regime Diferenciado de Contratação (RDC)	491
9.11.1	Direito positivo.....	491
9.11.2	Principais inovações.....	493
9.11.3	Objetivos da licitação	494
9.11.4	Princípios da licitação	494
9.11.5	Restrições à publicidade do orçamento estimado.....	494
9.11.6	Comissão de licitação.....	495
9.11.7	Procedimento da licitação.....	496
9.11.8	Procedimentos auxiliares das licitações	508
9.11.9	Pedidos de esclarecimento, impugnações e recursos.....	516
9.11.10	Sanções	517
Capítulo 10	Administração Indireta	519
10.1	Descentralização.....	519
10.1.1	Descentralização e desconcentração	519

10.1.2	Descentralização política e administrativa.....	519
10.1.3	Modalidades de descentralização administrativa.....	520
10.1.3.1	Descentralização territorial.....	520
10.1.3.2	Descentralização por serviços.....	521
10.1.3.3	Descentralização por colaboração.....	523
10.1.4	Evolução.....	524
10.1.5	A descentralização administrativa no direito positivo brasileiro.....	526
10.1.5.1	A confusão do legislador.....	526
10.1.5.2	A expressão Administração Indireta na Constituição.....	530
10.2	Entidades da Administração Indireta.....	531
10.2.1	Modalidades e natureza jurídica.....	531
10.2.2	Regime jurídico.....	531
10.3	Autarquias.....	536
10.3.1	O vocábulo autarquia.....	536
10.3.2	Evolução no direito brasileiro.....	537
10.3.3	Conceito e características.....	538
10.3.4	Posição perante a Administração Pública e terceiros.....	539
10.3.5	Classificação.....	540
10.4	Fundação.....	543
10.4.1	Natureza jurídica e conceito.....	543
10.4.2	Fundação de direito privado.....	545
10.4.3	Direito positivo brasileiro.....	548
10.4.4	Fundação de direito público.....	551
10.5	Empresas estatais.....	553
10.5.1	Alcance da expressão.....	553
10.5.2	Distinção quanto ao tipo de atividade.....	553
10.5.3	Sociedade de economia mista, empresa pública e subsidiárias.....	556
10.5.3.1	Estatuto jurídico.....	556
10.5.3.2	Conceito legal.....	559
10.5.3.3	Traços comuns.....	562
10.5.3.4	Traços distintivos.....	567
10.5.3.5	Regime jurídico.....	570
10.5.3.6	Órgãos de Administração.....	572
10.5.3.7	Função social.....	574
10.5.3.8	Responsabilidade e controle interno.....	576
10.5.3.9	Licitação.....	578
10.5.3.10	Contratos.....	583
10.5.3.11	Fiscalização.....	585
10.6	Normas comuns às entidades da Administração Indireta.....	586
10.7	Privilégios próprios das autarquias e fundações públicas.....	593
10.8	Natureza jurídica dos bens das entidades da Administração Indireta.....	594
10.9	Agências.....	596
10.9.1	Considerações gerais.....	596
10.9.2	Agência executiva.....	599
10.9.3	Agência reguladora.....	600
10.10	Consórcio público.....	606
10.10.1	Considerações gerais.....	606
10.10.2	Conceito e natureza jurídica.....	609

10.10.3	Constituição, alteração e extinção do consórcio.....	612
10.10.4	Contratos de rateio	614
10.10.5	Contratos de programa e convênios de cooperação	615
10.11	Controle administrativo ou tutela das entidades da Administração Indireta.....	618
Capítulo 11	Entidades Paraestatais e Terceiro Setor	623
11.1	A expressão <i>entidade paraestatal</i>	623
11.2	Aproximação entre entidades paraestatais e terceiro setor	626
11.3	As entidades paraestatais no direito positivo.....	631
11.4	Serviços sociais autônomos	634
11.5	Entidades de apoio	636
11.6	Organizações sociais	643
11.7	Organizações da sociedade civil de interesse público	652
11.8	Organizações da sociedade civil	657
11.8.1	Abrangência da Lei nº 13.019/14.....	657
11.8.2	Do termo de colaboração e do termo de fomento	659
11.8.3	Do chamamento público	660
11.8.3.1	Providências preliminares.....	661
11.8.3.2	Procedimento do chamamento público	661
11.8.3.3	Dispensa e inexigibilidade do chamamento público.....	663
11.8.4	Da celebração do termo de colaboração e do termo de fomento	665
11.8.5	Das vedações.....	667
11.8.6	Das contratações realizadas pelas organizações da sociedade civil.....	667
11.8.7	Medidas moralizadoras.....	668
Capítulo 12	Órgãos Públicos.....	671
12.1	Teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos.....	671
12.2	Conceito	672
12.3	Natureza	673
12.4	Classificação	674
Capítulo 13	Servidores Públicos.....	677
13.1	Terminologia.....	677
13.2	Agentes públicos.....	678
13.2.1	Agentes políticos.....	679
13.2.2	Servidores públicos.....	681
13.2.3	Militares.....	685
13.2.4	Particulares em colaboração com o Poder Público.....	688
13.3	Cargo, emprego e função	689
13.4	Normas constitucionais.....	692
13.4.1	Regime jurídico do servidor	692
13.4.2	Direito de acesso aos cargos, empregos e funções públicas.....	693
13.4.3	Condições de ingresso	694
13.4.4	Sistema remuneratório dos servidores públicos.....	702
13.4.4.1	Normas constitucionais pertinentes à remuneração ou vencimento....	703

13.4.4.2	Regime de subsídios.....	706
13.4.4.2.1	Agentes públicos em regime de subsídio.....	708
13.4.4.2.2	Competência para fixação e alteração dos subsídios....	708
13.4.4.2.3	Subsídios para os servidores organizados em carreira....	710
13.4.4.3	Normas comuns à remuneração e aos subsídios.....	710
13.4.4.3.1	Fixação e alteração da remuneração e do subsídio.....	711
13.4.4.3.2	Teto das remunerações e subsídios.....	712
13.4.4.3.3	Irredutibilidade de remuneração e subsídio	717
13.4.5	Direito de greve e de livre associação sindical	718
13.4.6	Proibição de acumulação de cargos	722
13.4.7	Aposentadoria e pensão.....	726
13.4.7.1	Regime previdenciário.....	726
13.4.7.2	Princípios da reforma previdenciária.....	727
13.4.7.3	Regimes previdenciários diferenciados	730
13.4.7.4	Modalidades de aposentadoria	735
13.4.7.5	Valor dos proventos de aposentadoria voluntária e das pensões	746
13.4.7.6	Disposições transitórias.....	749
13.4.7.7	Previdência complementar.....	753
13.4.7.8	Contagem de tempo para aposentadoria	755
13.4.8	Estabilidade.....	756
13.4.9	Afastamento para exercício de mandato eletivo.....	762
13.4.10	Direitos sociais	762
13.4.11	Límites de despesa com pessoal	763
13.4.12	Límites decorrentes da Emenda Constitucional nº 95/16	767
13.5	Provimento e investidura	768
13.6	Vacância	773
13.7	Direitos e deveres	774
13.8	Responsabilidade.....	777
13.8.1	Responsabilidade civil.....	779
13.8.2	Responsabilidade administrativa	781
13.8.3	Responsabilidade penal	783
13.8.4	Comunicabilidade de instâncias	785

Capítulo 14 Processo Administrativo..... 791

14.1	Processos estatais.....	791
14.2	Processo administrativo	792
14.3	Processo e procedimento	793
14.4	Modalidades.....	794
14.5	Processo administrativo eletrônico	797
14.6	Princípios.....	799
14.6.1	Princípio da publicidade.....	799
14.6.2	Princípio da oficialidade.....	800
14.6.3	Princípio da obediência à forma e aos procedimentos.....	801
14.6.4	Princípio da gratuidade	802
14.6.5	Princípio da ampla defesa e do contraditório	803
14.6.6	Princípio da atipicidade	805
14.6.7	Princípio da pluralidade de instâncias	806
14.6.8	Princípio da economia processual	807
14.6.9	Princípio da participação popular	808

14.7	Processo administrativo disciplinar	810
14.8	Processo sumário.....	812
14.8.1	Sindicância	812
14.8.2	Verdade sabida	813
Capítulo 15	Responsabilidade Extracontratual do Estado	815
15.1	Delimitação do tema.....	815
15.2	Evolução.....	816
15.2.1	Teoria da irresponsabilidade.....	817
15.2.2	Teorias civilistas	817
15.2.3	Teorias publicistas.....	818
15.3	Direito positivo brasileiro	821
15.4	Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade	824
15.5	Responsabilidade do estado por omissão.....	827
15.6	Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de leis e regulamentos.....	830
15.7	Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais	835
15.8	Reparação do dano.....	837
Capítulo 16	Bens Públicos	841
16.1	Evolução.....	841
16.2	Classificação	842
16.3	Bens do domínio público do Estado.....	844
16.3.1	Conceito	844
16.3.2	Natureza jurídica.....	846
16.3.3	Modalidades	847
16.3.4	Regime jurídico	848
16.4	Bens do domínio privado do Estado ou bens dominicais.....	849
16.4.1	Conceito	849
16.4.2	Características	850
16.4.3	Regime jurídico	851
16.5	Alienação	856
16.5.1	Alienação dos bens de uso comum e de uso especial.....	856
16.5.2	Alienação dos bens dominicais	857
16.6	Uso de bem público por particular.....	861
16.6.1	Uso normal e uso anormal	861
16.6.2	Uso comum.....	862
16.6.3	Uso privativo.....	864
16.6.3.1	Conceito e características	864
16.6.3.2	Instrumentos estatais de outorga de uso privativo	865
16.6.3.3	Autorização, permissão e concessão	866
16.6.3.4	Uso privativo de bens imóveis da União	872
16.6.3.5	Tutela do uso privativo	880
16.7	Formação do patrimônio público.....	882
16.8	Bens públicos em espécie.....	886
16.8.1	Direito positivo.....	886
16.8.2	Terrenos reservados.....	886

16.8.3	Terrenos de marinha e seus acréscidos	890
16.8.4	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	891
16.8.5	Terras devolutas.....	892
16.8.5.1	Evolução da propriedade rural no Brasil.....	892
16.8.5.2	Conceito e natureza jurídica.....	894
16.8.5.3	Titularidade	896
16.8.5.4	Processo de discriminação.....	897
16.8.6	Faixa de fronteira	899
16.8.7	Ilhas.....	899
16.8.8	Águas públicas.....	900
16.8.9	Minas e jazidas	903
16.8.9.1	Conceito	903
16.8.9.2	Sistemas de exploração e aproveitamento das jazidas	903
16.8.9.3	Evolução no direito brasileiro.....	904
16.8.9.4	Sistema atual.....	905
Capítulo 17 Controle da Administração Pública.....		907
17.1	Conceito e abrangência	907
17.2	Espécies	908
17.3	Controle administrativo.....	909
17.3.1	Conceito e alcance	909
17.3.2	Recursos administrativos	910
17.3.2.1	Conceito, efeitos e fundamento.....	910
17.3.2.2	Modalidades	912
17.3.2.3	Coisa julgada administrativa	918
17.3.2.4	Prescrição administrativa	919
17.4	Controle legislativo	921
17.4.1	Alcance	921
17.4.2	Controle político	921
17.4.3	Controle financeiro.....	923
17.5	Controle judicial.....	926
17.5.1	Sistema de unidade de jurisdição.....	926
17.5.2	Limites	926
17.5.3	Controle judicial das políticas públicas.....	928
17.5.3.1	Conceito de políticas públicas e competência para sua definição e execução	928
17.5.3.2	Controle das políticas públicas pelo Poder Judiciário.....	930
17.5.4	A Administração Pública em juízo	935
17.5.5	Meios de controle.....	949
17.5.5.1	<i>Habeas corpus</i>	950
17.5.5.2	<i>Habeas data</i>	951
17.5.5.3	Mandado de injunção	954
17.5.5.3.1	Controvérsias quanto à origem	954
17.5.5.3.2	Objeto do mandado de injunção	956
17.5.5.3.3	A solução adotada pela Lei nº 13.300/16.....	958
17.5.5.3.4	Pressupostos	959
17.5.5.3.5	Mandado de injunção individual ou coletivo.....	959
17.5.5.3.6	Anotações quanto ao processo.....	961
17.5.5.3.7	Competência para julgamento	963

17.5.5.4	Mandado de segurança individual	963
17.5.5.4.1	Origem	963
17.5.5.4.2	Conceito e pressupostos	964
17.5.5.4.3	Restrições.....	969
17.5.5.4.4	Anotações quanto ao processo.....	972
17.5.5.4.5	Prazo	980
17.5.5.5	Mandado de segurança coletivo.....	980
17.5.5.6	Ação popular	984
17.5.5.6.1	Evolução	984
17.5.5.6.2	Conceito e pressupostos	985
17.5.5.6.3	Sujeito ativo e passivo	989
17.5.5.6.4	Posição do Ministério Público	991
17.5.5.6.5	Objeto	992
17.5.5.6.6	Anotações quanto ao processo.....	992
17.5.5.7	Ação civil pública.....	994
17.5.5.7.1	Origem e evolução.....	994
17.5.5.7.2	Comparação com ação popular e mandado de segurança coletivo	996
17.5.5.7.3	Pressupostos e conceito	996
17.5.5.7.4	Sujeito ativo e passivo	998
17.5.5.7.5	Funções do Ministério Público	998
17.5.5.7.6	Objeto	999
17.5.5.7.7	Anotações quanto ao processo.....	1000
Capítulo 18	Improbidade Administrativa.....	1003
18.1	Legalidade, moralidade e probidade	1003
18.2	Evolução no direito positivo.....	1006
18.3	Lei de Improbidade Administrativa.....	1010
18.3.1	Competência para legislar sobre improbidade administrativa em função da natureza do ilícito e da sanção cabível.....	1010
18.3.2	Concomitância de instâncias penal, civil e administrativa.....	1012
18.3.3	Elementos constitutivos do ato de improbidade administrativa	1013
18.3.3.1	Sujeito passivo	1013
18.3.3.2	Sujeito ativo	1014
18.3.3.3	Ocorrência de ato danoso	1020
18.3.3.4	Elemento subjetivo: dolo ou culpa.....	1023
18.3.4	Sanções	1025
18.3.5	Procedimento administrativo.....	1027
18.3.6	Ação judicial de improbidade administrativa.....	1028
Capítulo 19	Responsabilidade das Pessoas Jurídicas pela Prática de Atos Danosos Contra a Administração Pública.....	1033
19.1	Da lei anticorrupção	1033
19.2	Dos requisitos da responsabilização.....	1035
19.3	Responsabilização administrativa	1038
19.4	Do processo administrativo de responsabilização.....	1040
19.5	Do acordo de leniência.....	1041
19.6	Da responsabilização judicial	1044
19.7	Do Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP	1045

Capítulo 20 Arbitragem, Mediação e Autocomposição de Conflitos na Administração Pública	1047
20.1 Direito positivo	1047
20.2 A arbitragem na Administração Pública	1050
20.2.1 Das controvérsias doutrinárias	1050
20.2.2 Inovações da Lei nº 13.129, de 26-5-15, quanto à arbitragem na Administração Pública	1051
20.2.3 Direitos patrimoniais disponíveis	1053
20.2.4 Previsão de contratos de direito privado na Lei nº 8.666/93	1055
20.2.5 Matérias que podem ser submetidas à arbitragem.....	1056
20.2.6 Competência para autorizar a arbitragem.....	1057
20.2.7 Arbitragem de direito.....	1058
20.2.8 Conflito entre sigilo e publicidade	1059
20.3 Mediação	1060
20.4 Autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público	1062
20.4.1 Conceito e alcance	1062
20.4.2 Medidas de autocomposição de conflitos	1062
Bibliografia	1067
Índice Remissivo	1077